

## Luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): trajetória das famílias do Assentamento Santa Maria da Lagoa em Ilha Solteira-SP

**Débora Pavani Silva** 

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Ilha Solteira, São Paulo, São Paulo, Brasil.  
e-mail: [depavanisilva@gmail.com](mailto:depavanisilva@gmail.com)

**Antonio Lázaro Sant'Ana** 

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Ilha Solteira, São Paulo, São Paulo, Brasil.  
e-mail: [lazaro.sant@unesp.br](mailto:lazaro.sant@unesp.br)

### Resumo

O Território Prof. Cory/Andradina (SP), localizado no noroeste paulista, possui uma alta concentração de assentamentos rurais, resultado da desapropriação de terras particulares diante de grande pressão dos movimentos sociais. O objetivo deste artigo é analisar as trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina, com enfoque para o PA Santa Maria da Lagoa, localizado no município de Ilha Solteira-SP. A pesquisa foi realizada dentro dos limites do Território mencionado e a principal fonte de informações foram os atores sociais que vivenciaram a luta por meio da metodologia qualitativa da História Oral. Para tanto, foram entrevistados 37 atores sociais assentados que lideraram ou tiveram participação ativa nos processos de lutas, sendo quatro do Assentamento Santa Maria da Lagoa. O referido Assentamento foi criado em 2005, na época com maior intensidade de ocupações pelos movimentos sociais de luta pela terra no Território. No caso do Santa Maria da lagoa não ocorreu ocupação e nem havia acampamento na área, mas as trajetórias das famílias assentadas nos permitem observar a existência de uma rede de acampamentos, consolidada no início deste século, evidenciando um longo processo de lutas.

**Palavras-chave:** Acampamentos; Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra; cana-de-açúcar; políticas públicas.

### Struggle for land in Território Prof. Cory/Andradina (SP): trajectory of the families of the Santa Maria da Lagoa Settlement in Ilha Solteira-SP

### Abstract

The Território Prof. Cory/Andradina (SP), located in northwest São Paulo, has a high concentration of rural settlements, result of the expropriation of private lands due to a great pressure from social movements. The aim of this article is to analyze the trajectories of the struggle for land in the Território Prof. Cory/Andradina, focusing on the PA Santa Maria da Lagoa, located in the municipality of Ilha Solteira-SP. The research was carried out within the limits of the aforementioned Territory and the main source of information was the social actors who experienced the struggle through the qualitative methodology of Oral History. For



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

that, 37 settled social actors who led or had active participation in the struggle processes were interviewed, four of them from the Santa Maria da Lagoa Settlement. The said Settlement was created in 2005, at the time with the highest intensity of occupations by social movements fighting for land in the Territory. In the case of Santa Maria da Lagoa, there was no occupation and there was no camp in the area, but the trajectories of the settled families allow us to observe the existence of a network of camps, consolidated at the beginning of this century, evidencing a long process of struggles.

**Keywords:** Encampment; Landless Rural Workers Movement; sugar cane; public policy.

## **Lucha por la tierra en Territorio Prof. Cory/Andradina (SP): trayectoria de las familias del Asentamiento Santa Maria da Lagoa en Ilha Solteira-SP**

### **Resumen**

El Territorio Prof. Cory/Andradina (SP), ubicada en el noroeste de São Paulo, tiene una alta concentración de asentamientos rurales, resultado de la expropiación de tierras privadas frente a una gran presión de los movimientos sociales. El objetivo de este artículo es analizar las trayectorias de la lucha por la tierra en el Territorio Prof. Cory/Andradina, con foco en el PA Santa Maria da Lagoa, ubicado en el municipio de Ilha Solteira-SP. La investigación se realizó dentro de los límites del mencionado Territorio y la principal fuente de información fueron los actores sociales que vivieron la lucha a través de la metodología cualitativa de la Historia Oral. Para eso, fueron entrevistados 37 actores sociales asentados que lideraron o tuvieron participación activa en los procesos de lucha, cuatro de ellos del Asentamiento Santa Maria da Lagoa. Dicho Asentamiento fue creado en el año 2005, momento de mayor intensidad de ocupaciones por movimientos sociales que luchan por la tierra en el Territorio. En el caso de Santa Maria da Lagoa, no hubo ocupación y no hubo campamento en la zona, pero las trayectorias de las familias asentadas permiten observar la existencia de una red de campamentos, consolidada a principios de este siglo, evidenciando un largo proceso de luchas.

**Palabras-clave:** Campamentos; Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra; caña de azúcar; políticas públicas.

### **Introdução**

O Território Prof. Cory/Andradina<sup>1</sup> (SP), localizado no noroeste paulista, possui uma alta concentração de assentamentos rurais, somente comparável com a região do Pontal do Paranapanema no estado de São Paulo. Porém, diferentemente da região do Pontal, onde são assentamentos criados em terras públicas, devolutas ou griladas (Ferrante et al., 2012), no Território de Andradina são fruto da desapropriação de terras particulares decretadas de interesse social para fins de reforma agrária.

As condições de territorialização do Território conformaram uma estrutura fundiária fortemente concentrada e levou, nas últimas décadas, concomitantemente, à criação de

---

<sup>1</sup> O Território Prof. Cory/Andradina (SP) corresponde a Microrregião de Andradina (IBGE, 2017) e é composta por 11 municípios: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis (SEADE, 2022).

inúmeros de assentamentos rurais, em função da luta pela terra dos trabalhadores organizados em diversos movimentos sociais<sup>2</sup>; e a formação de imensos canaviais que substituíram (em parte) as áreas de pecuária extensiva com baixa produtividade. No total, são 38 projetos de assentamentos (excluídos os projetos de reassentamentos da CESP), abrangendo 3.448 famílias em 62.953ha, com o primeiro criado em 1981 e o último em 2013, sendo que 76,3% (29) são originários de áreas desapropriadas após 2003 (INCRA, 2018).

O Assentamento Santa Maria da Lagoa, localizado no município de Ilha Solteira, foi instalado em 2005, ano com maior número de assentamentos criados no Território (oito assentamentos), e o processo de luta que resultou nessa desapropriação foi relativamente tranquilo, em comparação com outras ocorridas no Território. No entanto, as trajetórias das famílias que foram assentadas no Santa Maria da Lagoa nos permitem observar a existência de uma rede de acampamentos, consolidada no início deste século.

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é analisar as trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina, com enfoque no caso do Assentamento Santa Maria da Lagoa, no município de Ilha Solteira. A análise das trajetórias dos atores sociais que participaram da luta pela terra, conjugada com o exame de documentos e dados estatísticos, permite complementar o entendimento sobre como se desenvolveu e está se desenvolvendo a questão da terra, o que também permite compreender melhor as práticas desses atores sociais.

Ademais, as condições de infraestrutura e o acesso a outros direitos como saúde, educação, assistência técnica e extensão rural (ATER), e canais de comercialização, quando fornecidos pelo Estado, estão diretamente relacionadas com a melhoria das condições de vida dos que vivem nos assentamentos rurais. Considerando que a luta pela terra continua mesmo depois do acesso à terra, buscou-se também registrar os processos ocorridos após a entrada no lote conquistado e o acesso às condições de infraestruturas e a outros direitos, além de investigar a percepção dos atores sociais em relação ao aumento do cultivo da cana-de-açúcar na região. Este artigo é parte da pesquisa de doutorado da primeira autora<sup>3</sup>.

## Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada dentro dos limites do Território Prof. Cory/Andradina. O Território, instituído em 2004, no âmbito da política de desenvolvimento territorial (Silva,

---

<sup>2</sup>Movimento social se refere a grupo social que se organiza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses, em possíveis enfrentamentos e conflitos, com objetivo de transformação da realidade (Fernandes, 2005).

<sup>3</sup> Intitulada "As trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): a visão dos atores sociais que as vivenciaram" Disponível no Repositório Institucional Unesp.

2016), está localizado no noroeste do estado de São Paulo, e conta com uma população estimada em 190.525 habitantes em uma área de 7.424km<sup>2</sup> (SEADE, 2022). A extensão do Território corresponde exatamente à delimitação da antiga Microrregião Geográfica de Andradina, segundo a classificação utilizada pelo IBGE até 2017, abrangendo onze municípios: Andradina, Castilho, Guaraçaí, Ilha Solteira, Itapura, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Independência, Pereira Barreto, Sud Mennucci e Suzanápolis<sup>4</sup>.

Para registrar a luta pela reforma agrária no Território, a principal fonte de informações foram os atores sociais que vivenciaram a luta pela terra e a metodologia utilizada foi a História Oral, uma metodologia de pesquisa qualitativa que utiliza como instrumento a entrevista semiestruturada no registro de narrativas da experiência humana (Thompson, 1992), neste caso em específico, as trajetórias de lutas pela terra dos assentados do Território.

Este artigo é um recorte do projeto de pesquisa de doutorado mencionado anteriormente, o qual teve o universo amostral definido de maneira progressiva, totalizando 37 atores sociais entrevistados, avançando com informações dos próprios atores sociais pesquisados durante a pesquisa de campo, pelo método conhecido como “bola de neve”, ou ainda, “cadeia de informantes” (Bernard, 2006). O levantamento dos dados foi realizado em duas etapas.

Na 1<sup>o</sup> Etapa, foram identificados e entrevistados sujeitos reconhecidos como lideranças e que tiveram uma atuação mais geral no Território, que estiveram à frente de movimentos de ocupação e/ou continuaram a atuar na luta mesmo após assentados. A finalidade dessas entrevistas foi levantar aspectos gerais da luta pela terra no Território e perceber os processos de luta com uma perspectiva mais ampla. A identificação dos atores sociais pesquisados nessa fase ocorreu pelo contato com informantes qualificados dos municípios que compõem o Território, como os profissionais de assistência técnica e extensão rural, pesquisadores de instituições de ensino e pesquisa, representantes dos movimentos e organizações sociais e pelos próprios entrevistados. Nesta etapa, o público pesquisado diretamente totalizou 14 atores sociais.

Finalizada esta primeira etapa da coleta de dados, foram definidos os critérios de escolha dos assentamentos rurais a serem estudados mais detalhadamente, que contemplassem a diversidade de lutas no Território, sendo consideradas as seguintes variáveis: data de criação (dos mais antigos aos mais novos); município; número de famílias

---

<sup>4</sup> Com as mudanças instituídas pelo IBGE em 2017, há a atualização da divisão regional brasileira, com alteração da denominação de “Microrregião Geográfica” para “Região Geográfica Imediata” e em alguns casos com alteração na delimitação das áreas de abrangência. Na passagem para Região Imediata de Andradina ocorreu a exclusão do município de Suzanápolis e inclusão de Lavínia (IBGE, 2017). Neste estudo, foi considerada a delimitação do Território Prof. Cory/Andradina correspondente à Microrregião Geográfica de Andradina.

do projeto de assentamento (PA); tempo de acampamento; ocorrência ou não de conflito; e qual organização esteve envolvida na luta. Com base nesses parâmetros, foram selecionados nove assentamentos: Rio Paraná (1991), Belo Monte (2002), Santa Maria da Lagoa (2005), Celso Furtado (2005), Primavera II (2006), São Lucas (2007), Olga Benário (2008), Eldorado dos Carajás (2010) e Florestan Fernandes (2013).

A 2ª Etapa de coleta de dados consistiu na identificação daqueles atores sociais que tiveram uma atuação mais específica na formação dos nove assentamentos rurais selecionados, para levantar aspectos mais detalhados das lutas de cada área, incluindo as condições nos anos iniciais após a criação. A partir das descobertas de campo durante a primeira e segunda etapa, foram feitas inclusões progressivas de atores sociais até se delimitar o espaço amostral da 2ª etapa. No total o público pesquisado nessa fase envolveu diretamente 23 entrevistados, sendo quatro do PA Santa Maria da Lagoa.

Para a realização das entrevistas (iniciadas em novembro de 2019 e finalizadas em setembro de 2022), foram confeccionados dois roteiros semiestruturados, um para cada etapa da coleta de dados, sendo o primeiro composto por perguntas mais gerais e direcionadas às lideranças regionais, e o segundo com perguntas mais específicas direcionadas a um projeto de assentamento rural. Durante e após a realização das entrevistas foi feita a transcrição na íntegra do material para compor, com os outros elementos (documentos de dados secundários – IBGE, INCRA, Itesp – bibliografias existentes sobre o Território e o Diário de Campo), os resultados da pesquisa.

Antes de proceder com a entrevista, foi obtido consentimento de todos os entrevistados. Para garantir o anonimato dos entrevistados, na apresentação dos resultados não foram usados os nomes reais. Os pseudônimos escolhidos foram retirados de nomes comuns de lideranças nacionais reconhecidas por sua luta pela terra ou pesquisadores brasileiros que são referências sobre o tema da questão agrária, e atribuídos aleatoriamente aos entrevistados.

### **Território Prof. Cory/Andradina (SP) e a luta pela terra**

O Território apresenta uma acentuada concentração fundiária com um histórico de predominância de grandes fazendas com criação extensiva de bovinos de corte. A partir dos anos 2000, a paisagem do Território vem sofrendo modificações: as áreas destinadas à pecuária, embora ainda muito expressivas, vêm sendo substituídas pelo cultivo da cana-de-açúcar, ao mesmo tempo em que apresentou uma intensa atividade de reforma agrária, especialmente no período de 2003 a 2010 (71% dos assentamentos do Território

foram criados neste período), em função da forte atuação dos movimentos sociais de luta pela terra (INCRA, 2018).

As grandes fazendas que criavam extensivamente bovinos de corte se transformaram em imensos canaviais com a instalação de usinas de açúcar e etanol (com apoio governamental) na região (Bini, 2009; Proença, 2012). Na tabela 1, nota-se que enquanto áreas de pastagem vêm perdendo espaço no Território desde 1995, os canaviais apresentaram um aumento de 1.436% na área colhida, enquanto o número de estabelecimentos que cultivam cana-de-açúcar caiu pela metade.

**Tabela 1: Área colhida em hectares e número de estabelecimentos por utilização das terras do Território Prof. Cory/ Andradina (SP).**

Utilização das terras	1995/96		2006		2017	
	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº	Área (ha)	Nº
Lavouras temporárias	64.739	2585	87.947	2.123	245.956	2.133
<i>Cana-de-açúcar</i>	12.234	314	26.513	213	175.751	157
Lavouras permanentes	10.905	1660	18.397	1030	16.765	1392
Pastagens naturais	24.901	505	48.581	1039	22.985	1035
Pastagens plantadas	418.580	3357	252.562	3767	163.559	4370

Fonte: IBGE – Censo agropecuário 1995/96, 2006 e 2017. Org.: Autores (2023).

No Território, a agricultura familiar abrange 4.240 estabelecimentos agropecuários que correspondem a 75,8% do número total, apesar de ocuparem somente 15,4% da área (tabela 2). Por conta das inúmeras desapropriações (no total foram 37) para fins de reforma agrária, a agricultura familiar tem sua maior expressão dentro dos projetos de assentamentos rurais, uma vez que estes abrigam 3.448 famílias, em uma área de 62.935 hectares (INCRA, 2018), nos quais destacam-se o sistema de produção da pecuária leiteira, culturas de autoconsumo e a horticultura (Silva, 2016; IBGE, 2017; Arlindo, 2020).

**Tabela 2: Número e área de estabelecimentos agropecuários, por tipologia, do Território Prof. Cory/Andradina (SP).**

Tipologia	Nº	%	Área (ha)	%
Agricultura familiar	4240	75,8	74.772	15,4
Agricultura não familiar	1354	24,2	411.211	84,6
<b>Total</b>	<b>5594</b>	<b>100</b>	<b>485.982</b>	<b>100</b>

Fonte: Censo Agropecuário – IBGE (2017). Org.: Autores (2023).

A luta pela terra no Território teve origem na resistência dos posseiros da Fazenda Primavera, no município de Andradina, na década de 1970, sendo a primeira grande área a ser desapropriada no estado de São Paulo (Fernandes, 1985; Oliveira, 2006). Em meados do século XX, um grande contingente de trabalhadores rurais, que morava e trabalhava

como empregados ou no sistema de arrendamento em grandes propriedades pertencentes a poucos proprietários, foi expulso de suas moradias e das terras arrendadas, na medida que os proprietários, guiados pela lógica do capital financeiro e sem nenhuma consideração pela dimensão social da terra, substituíram as lavouras pela criação bovina extensiva (Hespanhol, 1996; Silva, 2023).

Nesse cenário, surgiu a resistência dos posseiros da fazenda Primavera às ameaças do proprietário para deixarem suas casas e plantações e lutaram para permanecer na terra, com apoio de setores da igreja católica, desencadeando na vitória dos posseiros com a desapropriação da fazenda Primavera. A emergência dessa luta, considerada o embrião do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra no estado de São Paulo, estimulou a mobilização de arrendatários expulsos e de bóias-frias e propiciou o surgimento de organizações sociais de luta pela terra no Território, como a CPT e Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra do Oeste do Estado de São Paulo.

Logo após o fim da Ditadura Militar, o tema da reforma agrária reapareceu na agenda política e o presidente José Sarney apresentou ao país o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), por meio do Decreto n.º 91.766, de 10 de outubro de 1985 (Brasil, 1985), com metas ambiciosas. Como previsto no Art. 7º do referido decreto, que trata do levantamento dos imóveis rurais, foram vistoriadas e indicadas várias áreas para reforma agrária e, por se tratar de uma região com inúmeros latifúndios, algumas áreas localizadas no Território Prof. Cory/Andradina foram incluídas nesse processo. Mesmo com as indicações das áreas, as mobilizações dos trabalhadores rurais enfrentavam as ordens de despejo da justiça e reações violentas, seja da polícia militar, seja das milícias armadas dos proprietários, cujos atos ilegais muitas vezes ficavam impunes, mascarados pela manutenção da ordem e pelo discurso dominante/hegemônico adotado pelos meios de comunicação.

Entre as áreas do Território que tinham sido declaradas de interesse social para fins de reforma agrária estavam as Fazendas Pendengo (Castilho) e Timboré (Andradina) (Brasil, 1986), e foram nessas áreas que, em 1989, se iniciou a luta que consolidou o MST na região. A fazenda Pendengo havia sido palco de uma luta entre posseiros e grileiros na década de 1950, o que resultou no despejo das famílias de posseiros (Fernandes, 1985). Em 27 de janeiro de 1989, famílias de Castilho e de outros municípios, incluindo um grupo grande de Sumaré (SP), ocuparam a fazenda Pendengo. Neste momento houve grande atuação dos movimentos sindicais ao passo que as organizações ligadas à igreja católica foram perdendo espaço para movimentos mais autônomos dos trabalhadores rurais e o MST, que até o momento havia uma atuação incipiente na região, foi ganhando espaço entre

os trabalhadores. A estratégia de luta adotada foi a ocupação, que se consolidou como um dos instrumentos de luta mais importantes do MST.

Os trabalhadores logo foram despejados da fazenda Pendengo, e visaram a fazenda Timboré, cujo processo de luta foi muito intenso e teve uma maior definição das ações do grupo como MST. Segundo Antonio, participante da luta no Timboré e dirigente regional do movimento, “o Timboré foi a primeira luta de fato feita com a bandeira do MST. A luta do Primavera foi o embrião, mas não tem bandeira, não tem hino; no Timboré já estava completo, por isso consolidou”.

A luta pela fazenda Timboré estimulou outras famílias a participarem do movimento. Boias-frias da região se interessaram pela possibilidade de conseguir terra própria e, com as lideranças formadas na luta do Timboré, se organizaram para fazer ocupação na fazenda vizinha, a Anhumas. A ocupação da fazenda Anhumas, em 1995, desencadeou um avanço nas desapropriações no Território, embora não de imediato. O número de famílias que ocuparam a fazenda Anhumas era maior do que a área comportaria. Desta forma, o movimento articulou a pauta de serem vistoriados todos os latifúndios da região, e os que fossem considerados improdutivos, deveriam ser desapropriados para cumprirem sua função social. A partir deste momento, cria-se, então, uma plataforma de luta que não é mais lutar por uma fazenda em específico, mas por todas as possíveis desapropriações no Território.

Apesar das arbitrariedades, as organizações sociais tiveram um papel muito importante em evidenciar as contradições da existência das grandes propriedades e famílias de agricultores sem área para cultivar, identificando as áreas irregulares em aspectos tributários, ambientais ou que estavam improdutivas, e depois de muita pressão, no início dos anos 2000, conquistaram um passo importante na luta pelas desapropriações, em processo que denominaram de “varredura de vistorias” pelo convênio Itesp/INCRA, expediente que impediu a tática dos latifundiários<sup>5</sup> de mascarar a produção de fazendas quando vistoriadas individualmente e explicitou a realidade da prevalência das grandes propriedades improdutivas no Território (Silva, 2023).

Nos anos seguintes ao convênio, foram realizadas, nas Microrregiões Geográficas de Andradina e Araçatuba, vistorias por parte do INCRA com o Itesp, em 160 fazendas. Dessas 160 áreas vistoriadas, 50 foram consideradas improdutivas e declaradas de interesse social para fins de reforma agrária (Arlindo; Almeida, 2017). Essa varredura de vistorias foi um passo importante para a formação de assentamentos no Território,

---

<sup>5</sup> Durante a pesquisa de campo, a estratégia adotada pelos latifundiários mais mencionada pelos entrevistados foi a de trazer cabeças de gado de outras propriedades que possuíam, ou até mesmo pegar emprestado com vizinhos, para que no dia da vistoria, a propriedade estivesse dentro dos preceitos necessários.



ampliando o número de assentamentos criados de forma significativa, já que até o final do ano de 2001, haviam sido criados apenas 8 assentamentos, e até o fim de 2013, data em que o último assentamento foi criado no Território, totalizam 38, ou seja, quase quatro vezes mais.

A partir da identificação oficial, os movimentos focaram as lutas nessas áreas notificadas e passaram a organizar cada vez mais ocupações e acampamentos<sup>6</sup> em frente às áreas consideradas improdutivas, como uma forma de pressionar para que o Estado acelerasse as desapropriações. Deu-se então, neste período, um aumento no número de ocupações, o que levou o Território a ocupar a segunda posição no ranking das microrregiões com o maior número de ocupações do estado de São Paulo, entre os anos de 1990 e 2004, com 33 ocupações envolvendo 3.594 famílias (DATALUTA, 2004).

As ocupações das propriedades e a formação de acampamentos no entorno das áreas a serem desapropriadas foram as principais estratégias utilizadas pelos movimentos sociais de luta pela terra, para gerar o fato político e demandar uma resposta do Estado. Moacir, assentado há 17 anos no PA Santa Maria da Lagoa, passou por um período de lutas de sete anos, chegando a morar em sete acampamentos com sua esposa, e participou de algumas ocupações em propriedades consideradas improdutivas:

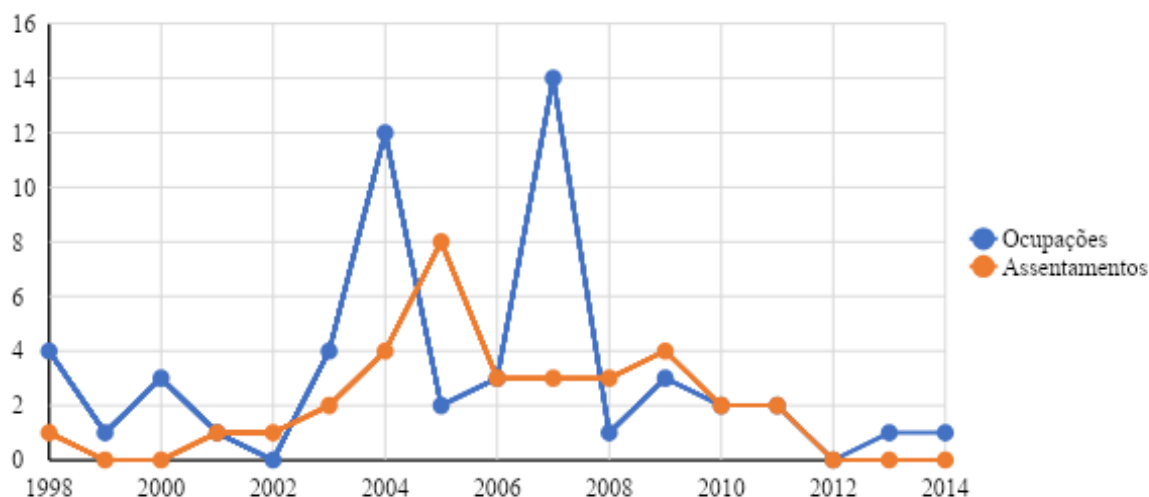
Acampamento é quando você tá na beira da estrada, morando nos barracos né. Ocupação é quando o povo ocupa uma fazenda para fazer pressão, porque o governo não quer liberar. Aí junta umas 400 famílias, de outros acampamentos, junta tudo e entra na fazenda, para fazer pressão. Entra a noite, fala para o caseiro não chamar o dono e fica o povo acampado perto da sede. No outro dia já vem polícia e a polícia não pode entrar, só entra quando vem o mandato do juiz. Na Fazenda de Suzanápolis nós fomos lá. Ficamos mais ou menos uns oito dias lá, fazendo comida comunitária. Ficamos lá uns 8 dias até vir a reintegração de posse. Na reintegração de posse você tem que sair. Aí ficamos todo mundo na frente da fazenda. O juiz deu dois dias para nós sairmos, deu dois dias e nós saímos, e quando eles vão embora a gente entra de novo. Aí é outra briga, para o fazendeiro pedir outra reintegração de posse, gasta mais dinheiro, até ele desanimar e parar de segurar a fazenda, que já deu improdutiva. Isso foi lá em Suzanápolis [Assentamento União da Vitória], depois teve na Mesquita [Assentamento Terra é Vida] a mesma coisa, em Pereira Barreto. É para o governo saber que a gente tá lá, porque se você ficar quietinho, eles não sabem de nada, e nada acontece (MOACIR, 55 anos).

A relação dos números de ocupações e assentamentos criados no Território, entre 1998 e 2014, está disposta na figura 1. Nota-se que o primeiro pico do número de ocupações, em 2004, coincide com o período de maior número de assentamentos criados, reforçando o papel das ocupações como uma das principais formas de acesso à terra. A partir de 2008, apesar da alta ocorrência de ocupações em 2007, houve uma queda no

<sup>6</sup> Apesar da ocorrência das ocupações, as ações focavam, via de regra, a formação de acampamentos em frente às áreas improdutivas, pois a medida provisória publicada em 2000 pelo FHC tornava a área, caso ocupada, por dois anos, não passível de desapropriação (MP 2.027-38, em maio de 2000).

número de assentamentos criados no Território e também no Brasil como um todo (DATALUTA, 2017).

**Figura 1: Relação de número de ocupações e assentamentos criados no Território Prof. Cory/Andradina (SP) entre 1998 e 2014.**



Fonte: Relatórios CPT (dos anos 1998 até 2014); INCRA (2018); Org.: Autores (2023).

Somada ao conjunto de vistorias da primeira década deste século, o governo federal eleito em 2003 (Lula), acenou para os movimentos sociais a possibilidade de realizar uma reforma agrária massiva e capaz de dar início à reversão da concentrada estrutura fundiária brasileira, contribuindo para o aumento no número de acampamentos, mas, ao mesmo tempo, sinalizou ao agronegócio oportunidades de investimento. Esse movimento dualista e baseado em interesses contraditórios aconteceu em um contexto mundial com um crescente interesse global por terras agricultáveis. Segundo dados do Banco Mundial (2010), o crescimento da produção agrícola e das demandas por terras na primeira década do século XXI se concentraram em oito commodities: milho, soja, cana-de-açúcar, dendê, arroz, canola, girassol e floresta plantada.

Esse interesse mundial por terras ocorreu paralelamente na América Latina com a eleição de governos progressistas, que permitiram um maior reconhecimento dos segmentos historicamente marginalizados do campo, ao mesmo tempo em que estimularam a produção e exportação de commodities, proporcionando o fortalecimento e a expansão do agronegócio, processo cunhado por alguns autores como neoextrativismo (Svampa, 2019). Esse movimento dualista se manifestou no Território Prof. Cory/Andradina, por conta do histórico de territorialização da região, criando uma característica peculiar: um grande número de assentamentos rurais margeados por imensos canaviais.

## **Assentamento Santa Maria da Lagoa: o *nascimento* do assentamento rural no interior de uma rede de acampamentos**

O Assentamento Santa Maria da Lagoa está localizado no município de Ilha Solteira e foi oficialmente criado em 25 de fevereiro de 2005, a partir da desapropriação da Fazenda com o mesmo nome, constituído por 75 lotes, com cerca de 12 hectares cada, em uma área total de 1.211 hectares.

O processo de luta para essa desapropriação foi relativamente tranquilo, pois as famílias esperaram pouco tempo acampadas nos arredores da fazenda, não houve ações de ocupação e despejo, e segundo relatos, após a fazenda ser dada como improdutivo, o proprietário “não fez caso” e negociou o valor do imóvel com o INCRA.

A Fazenda Santa Maria da Lagoa estava entre os 12 imóveis do Território Prof. Cory/Andradina declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, pelo Decreto de 21 de novembro de 2002 (Brasil, 2002) e ficou em negociação na justiça sobre o valor a ser indenizado, estabelecido em sentença, até o INCRA conseguir a imissão na posse em 25 de janeiro de 2005 (TRF3, 2005). Em documento elaborado pela Superintendência Regional de São Paulo (SR – 08/SP) em 15/02/05, acessado durante a pesquisa de campo, sobre as fases processuais dos imóveis da meta de 2004 de desapropriações/aquisições, constava que a indicação de vistoria da Fazenda Santa Maria da Lagoa teria sido feita pelo próprio INCRA.

Apesar da tranquilidade do processo de desapropriação da fazenda, muitas famílias que foram assentadas vinham de uma longa trajetória de acampamentos. A trajetória dessas famílias nos permite observar um fenômeno muito interessante, o da existência de uma rede de acampamentos no Território. Este fenômeno nos remete à pauta articulada pelos movimentos sociais em meados de 1990, com a ocupação da fazenda Anhumas, iniciando uma plataforma de lutas reivindicando todas as possíveis desapropriações no âmbito regional.

Os acampamentos seguem um modelo organizacional no qual coordenadores são selecionados para facilitar a troca de informações com os dirigentes dos movimentos. Essa conexão estabelecida, que ocorre de forma mais restrita entre membros de uma mesma organização, facilita a peregrinação das famílias por vários acampamentos. Essa peregrinação é causada por diversos motivos, seja pelo surgimento da possibilidade de ser assentado em um local de preferência, por notícias de processos de desapropriação que estão mais avançados (e com número de famílias insuficientes), ou até mesmo por

desavenças. A existência dessa rede faz com que seja comum as famílias passarem por mais de um acampamento antes de serem finalmente assentadas.

O contexto geral de concentração de terras improdutivas no Território Prof. Cory/Andradina alavancou a territorialização dos movimentos sociais de luta pela terra em seus municípios, principalmente do MST, por meio de suas ocupações e acampamentos. Essa rede de acampamentos é reproduzida em espiral, como observado por Loera (2006), com um acampamento sempre vinculado a outro, em que os indivíduos ocupantes desses espaços convidam outros para formarem novos acampamentos e, eles mesmos participam de novas ocupações, mostrando o método de montagem e organização de um acampamento.

Assim que os dirigentes do MST ficaram sabendo que a negociação da fazenda Santa Maria da Lagoa estava em fase final, repassaram a informação para os coordenadores de acampamentos localizados no Território para identificarem famílias interessadas em se transferirem para lá, pois não havia nenhum grupo de famílias acampadas no local. Se uniram então, naquela ocasião, famílias que estavam em luta pela terra no Território, principalmente famílias acampadas em Mirandópolis, Guaraçaí, e do acampamento da fazenda Lagoão, em Itapura.

O Sr. Fernando, assentado do Santa Maria da Lagoa que participou ativamente, em suas palavras, do *nascimento* do Assentamento, estava residindo no acampamento Primavera II, em Mirandópolis, quando veio a notícia de que o processo desapropriatório da fazenda estava em fases finais. Ele e a esposa, com outras famílias do acampamento Primavera II, vieram acampar nos arredores da fazenda Santa Maria da Lagoa:

Nasci em Minas Gerais, e fui criado perto de Maringá, sempre trabalhando na roça, em arrendamento, por muitos anos, até vir aqui para a região. [...] Quando a gente ficou sabendo da reforma agrária, a gente [ele e a esposa] estava morando na cidade e a situação não estava boa, estava muito difícil, *um amigo nosso que entrou num acampamento que nos contou*, pensamos bem e decidimos ir para o acampamento Primavera em Mirandópolis, na Terceira Aliança. Ficamos três anos e meio lá. Enquanto estávamos acampados lá, eu arrumei um emprego numa fazenda lá perto da Terceira Aliança. Morava no acampamento e trabalhava lá para se manter. Com o tempo, surgiu essa terra aqui, e um coordenador do Estrela da Ilha, o V., avisou o povo lá que ia sair a fazenda Santa Maria da Lagoa também, no outro dia já pegamos um caminhão e viemos para cá, veio 18 famílias com a gente. [...] Na beira da estrada não ficamos 15 dias. Entramos aqui dentro dia 27 de janeiro, e ficamos na reserva até cortar os lotes, no provisório. O administrador também pegou terra aqui, ele e a família dele todinha, porque eles tinham o direito. [...] Aqui o nosso foi tranquilo, aqui era gado e tinha uma roça. Foi dada improdutiva né, também porque eles não soltavam nota. Ai o fazendeiro já quis entregar para o INCRA também, porque ele tem bastante fazenda na região de Barretos. Já teve um acampamento aqui antes, mas não saiu nada e eles foram acampar lá perto de Itapura, para lá da ponte tinha um acampamento grande ali. Aí quando liberou aqui, eles

vieram para cá. Aqui tem gente que estava em vários acampamentos da região, até completar as 75 famílias. O MST vai nos acampamentos e fala “surgiu dez vagas em tal lugar” e vê quem interessa de ir.[...] Quando tá nascendo um assentamento, igual aqui que nasceu quando foi liberada a fazenda, eles fazem um grupo de coordenadores nos acampamentos, aqui nós tínhamos quatro, então o MST comunica com os coordenadores. Ai o MST pergunta para o coordenador “quantos lotes tem aí?” “tem tantos”, aí vamos nos organizando desse jeito. Tem pessoas, por exemplo, que não quiseram vir para cá, queriam Mirandópolis para ficar perto da família, aí continuam lá até surgir vaga. Se sobra vagas nos assentamentos, o coordenador também comunica com o MST. Quando nós já estávamos aqui, a coordenadora de Mirandópolis ligou falando que tinha surgido vaga, mas nós não fomos, porque já estávamos aqui, né... *Mas também não é todo mundo que faz isso não, tem que conhecer as pessoas*, e como eles conheciam a gente e *sabiam que a gente era trabalhador ligaram para nós* (FERNANDO, 67 anos).

O que cabe destacar na narrativa do Fernando, além da troca de informação entre coordenadores de acampamentos e dirigentes dos movimentos, são os laços de amizade ou de parentesco como uma importante base de circulação de informações. A aproximação das famílias com a luta pela terra, identificada na pesquisa de campo e em outros estudos (Martins et al., 2003; Loera, 2006), envolve essa forma de relação, e os laços de parentesco ou amizade como fontes de informações é um instrumento tão significativo no mundo das ocupações que faz com que algumas informações cheguem a uns e não a outros, como observamos na fala do Sr. Fernando “Mas também não é todo mundo que faz isso não, tem que conhecer as pessoas”.

O Sr. Moacir, como já mencionado, viveu com sua esposa uma longa trajetória de lutas, morando em sete acampamentos em um período de sete anos até finalmente conseguirem ser assentados. Não raro, as famílias acampadas passam por essa rede de lutas, na ansiedade de conseguir um pedaço de terra, peregrinando por vários acampamentos que se deslocam e/ou se transformam ao longo do tempo, conforme informações dos processos desapropriatórios ou até mesmo negociações ou decisões estratégicas tomadas entre os dirigentes dos movimentos. Logo após receberem a informação sobre a fazenda Santa Maria da Lagoa, vieram, com outras famílias, do acampamento Lagoão, em Itapura (outra parte das famílias deste acampamento foi para o Assentamento Estrela da Ilha, também em Ilha Solteira). Naquela ocasião, Moacir também atuou como coordenador de acampamento:

Primeiro [no final da década de 1990] eu fui pra fazenda Santa Emili [em Andradina], ficamos eu e mais quatro famílias na beira da estrada e depois de uns seis meses, um superintendente do INCRA foi lá junto com o MST e falou “ó, essa fazenda não vai sair, vocês vão lá pra fazenda perto da Rosely Nunes [Itapura], na beirada da pista”, aí ficamos lá na beira da estrada, naquela época tinha jagunço, né, e não podia entrar, ficamos só na beira da pista, pra lá da ponte, 90 famílias. Fiquei ali uns 2 anos e pouco, mas ali não virou nada. Depois apareceu um coordenador e falou que ia sair

a Três Barras [Assentamento Celso Furtado, Castilho], saímos dali e fomos pra lá. Aí, depois de um tempo saiu outro acampamento lá na Fazenda Pedágio, perto de Castilho. Ficou 600 famílias lá perto do pedágio. Lá no Pedágio dividiu a turma, pra três fazendas: fazenda Abrigo que era de frente pra Três Barras, fazenda Cafeeira [depois Assentamento Cafeeira] e uma outra. Aí eu voltei de novo pra Três Barras e ficamos lá mais uns seis meses. Aí o P. [um coordenador] foi lá na Três Barras e falou que a fazenda Lagoão ia sair logo, então arrancamos o barraco e fomos pro Lagoão, lá ficamos uns 3 anos. De lá já viemos direto pra cá. Aí saiu a Santa Maria da Lagoa e o Estrela da Ilha no mesmo dia, o juiz decretou lá em Jales que nós podíamos entrar nas duas. Então o V. [coordenador do Estrela da Ilha] falou quem quiser ir pra Criolo [Estrela da Ilha], e quem quiser ir pra Santa Maria da Lagoa vai, éramos em 90 famílias no Lagoão, 27 resolveram vir pra cá e eu vim no meio. [...]

Na beira da estrada aqui ficamos oito dias só. Tinha um acampamentinho aqui, mas era muito pequeno, duas famílias só, do MST, porque eles já estavam desanimados né, porque aqui é muito fora de mão, e *acampamento pra ser bom tem que ser onde está mostrando*, tem que ter uma pista, aqui é muito escondido. O povo sabia dessa fazenda, mas não fazia acampamento porque não tinha muito lugar pra fazer pressão, e também o fazendeiro não dificultou a desapropriação aqui, ele negociou com o INCRA. [...]. Ficamos lá na entrada, na beira da estrada. Veio também mais umas famílias de Mirandópolis e de Guaraçaí. Depois de uns oito dias que estávamos alí, veio o L. [dirigente regional] do MST junto com um cara do INCRA pra dar a posse. Eles falaram que iam na sede falar com o administrador e avisar que iríamos entrar. Saímos de lá e viemos acampar ali no fundo, dentro da fazenda, na reserva. Ficou todo mundo esperando a definição ali, que a gente chama de provisório, o fazendeiro pediu 90 dias pra desocupar a fazenda. Depois de 90 dias ele desocupou, o técnico do INCRA mandou o mapa e nós mesmos cortamos a fazenda no mapa (MOACIR, 55 anos).

Após o agrupamento das famílias no acampamento e a obtenção da imissão na posse da área pelo INCRA, as famílias entraram na propriedade e acamparam na reserva, em um espaço que chamam de “provisório”. Em seguida ocorreu a etapa de inscrição das famílias para serem homologadas, a Superintendência Regional do INCRA estabeleceu uma equipe de seleção, que segundo Norma de Execução 45/2005<sup>7</sup>, deve-se fazer mediante participação dos candidatos(as) inscritos e das entidades representantes dos mesmos, e que a organização do assentamento deve ser realizada de comum acordo com os interessados, respeitando a forma de organização social preexistente. Portanto, o processo de inscrição e seleção das famílias implica a participação da comunidade interessada no projeto de reforma agrária, e no caso do projeto de assentamento do Santa Maria da Lagoa, conforme entrevistados, ocorreu da seguinte maneira:

Dos coordenadores tiramos oito pessoas pra entrevistar as pessoas, e fazia entrevista igual você tá fazendo aqui agora. Vai perguntando o que eles

<sup>7</sup> A Instrução Normativa vigente é a 98/2019, que não menciona a participação da comunidade no processo de seleção. Porém, no Território, ainda não houve seleção de famílias após a publicação da IN 98/2019 (BRASIL, 2019).

querem fazer no sítio, tal. Depois escolhemos três coordenadores do acampamento para representar o povo na prefeitura, no INCRA. E pra esses três o INCRA perguntava sobre as pessoas da lista, porque o INCRA tem o cadastro de todo mundo né, perguntava sobre o fulano de tal, o INCRA conversava com os coordenadores pra saber sobre as pessoas, *porque quem sabe é a comunidade, que está no acampamento*. Teve uns do nosso acampamento que não conseguiram pegar porque eram aposentados. (MOACIR, 55 anos)

Vamos supor, eu sou um coordenador né, eu tenho 30 pessoas comigo, eu já conheço aquele povo que tá comigo e eu mando o nome de todos. Agora se tem alguém pelo meio que você vê que *não se enquadra* ou que tá sempre causando problema, que tem problema com álcool ou drogas, porque aí as pessoas vem tudo pra cima do coordenador né, mas você faz a lista e joga lá pra cima, fala pro INCRA e fala pra ele resolver, ver o que ele faz, aí tá na mão deles, porque eles têm o pré-cadastro de todos, aí o INCRA vê as possibilidades que têm, o que pode fazer com aquela pessoa pra não tirar do assentamento também né, porque já é excluído da sociedade e vai jogar fora? Às vezes eles assentam nos lotes mais pra baixo, e o INCRA dá um tempo determinado pra pessoa conviver e pra não sair reclamação de novo, pra não tirar a pessoa. Pra assentar o INCRA faz uma malha fina, aí eles analisam tudinho, pra ver se é criminoso, ou se tem firma aberta em nome ou outras coisas. Tem muitos que estão bem com a gente aqui, tá animado pra produzir, mas não passa pelos critérios do INCRA e não pode pegar (FERNANDO, 67 anos).

O INCRA, a partir de uma lista previamente elaborada pelos coordenadores de acampamento e dirigentes do movimento, faz o enquadramento dos candidatos nos requisitos necessários estabelecidos em normativas, analisando informações existentes no banco de dados do Instituto, e faz a seleção final das famílias que serão assentadas e que receberão o Termo de Compromisso.

A elaboração da lista dos candidatos pelos coordenadores e/ou dirigentes dos movimentos é baseada em alguns critérios, além das informações repassadas pelos acampados ao preencherem uma ficha de cadastro e dos critérios previstos nas normativas do INCRA. Os principais critérios classificatórios e/ou eliminatórios são o tempo de acampamento, moradia efetiva nos barracos e a reputação da família dentro dos acampamentos. A participação em manifestações e engajamento das famílias nas lutas e as posições políticas e ideológicas também contribuem para a formação de uma boa reputação no círculo social dos acampamentos.

Loera (2014) demonstra em seu estudo sobre acampamentos que os acampados, assentados e dirigentes percebem os participantes dos acampamentos como “boas famílias” ou “bons acampados”, e que essa percepção vai sendo adquirida durante o tempo de permanência na luta. Na visão dos entrevistados, as pessoas consideradas indesejáveis para o projeto de assentamento são aquelas “que estão sempre causando problemas nos acampamentos, brigas, ou que bebem muito ou fazem o uso de drogas”.

Apesar dos procedimentos de seleção das famílias no Território seguirem, de modo geral, esse modelo, constatou-se na pesquisa de campo e outros trabalhos (Caume, 2002; Loera, 2014) que os procedimentos de seleção, principalmente os critérios classificatórios baseados na reputação, ou do que se considera ser um “bom acampado” podem ter variações ou particularidades que dependem das trajetórias das pessoas que compõem o acampamento e também da organização responsável pela ocupação.

Após a seleção das famílias e o recorte dos lotes, a distribuição foi realizada mediante sorteio, mas para manter a proximidade das pessoas com maior afinidade, os coordenadores do Santa Maria da Lagoa dividiram a área da fazenda em quatro glebas, sortearam as glebas entre eles, e cada coordenador de um dos acampamentos foi com o seu grupo para a gleba sorteada realizar a distribuição dos lotes.

Nós fizemos [a distribuição dos lotes] em grupo. Tinham quatro coordenadores com seu grupinho de famílias. Dividimos em quatro grupos e sorteamos por local. Então cada um ficou com um tanto de famílias. Aí, sorteamos as glebas, gleba 1,2,3 e 4. E as famílias foram na gleba do seu coordenador.

Quem teve essa ideia de dividir em quatro glebas? [pergunta da entrevistadora]

Nós mesmos, pra ficar mais fácil pra fazer o sorteio e a gente organizou por grupo de afinidade, pra morar mais perto. Então cada um ficou no seu grupo (MOACIR, 55 anos).

A forma como os lotes foram distribuídos favorece a convivência local, fator que frequentemente é manifestado na distribuição dos lotes quando um assentamento é criado. Não foi rara as menções durante a pesquisa de campo, em outros assentamentos do Território em que a distribuição dos lotes não foi feita com base nas relações de afinidade, que os beneficiários permutaram entre si os lotes sorteados. Wanderley (2003) identificou procedimento parecido ao realizar um estudo de caso nos assentamentos Pitanga I e II, nos municípios de Abreu e Lima e Igarassu em Pernambuco, em que a distribuição dos lotes foi feita de forma pacífica, por sorteio, mas que os beneficiários permutaram os lotes entre si, permitindo reconstruir ou reforçar os já antigos laços de proximidade, fundados, especialmente, no parentesco ou na vizinhança.

É costumeiro novas famílias se mudarem após a oficialização de um assentamento, nomeadas “chegantes” por Quinteiro (2003). Essa entrada subsequente se dá por diversas frentes, sendo famílias assentadas pelo INCRA nos lotes remanescentes do P. A. (chamado pelos assentados de “sobra de lotes”), ocupação de lotes ociosos de famílias que desistiram, a permuta de lotes entre famílias de diferentes assentamentos, e até mesmo pela “compra” informal do direito do uso da terra (Aleixo, 2007; Terence, 2022).



A Sra. Carolina foi assentada no Santa Maria da Lagoa quase um ano após a criação do P.A., com outras quatro famílias, na sobra de lotes, homologados em dezembro de 2005. Carolina também fazia parte da rede de acampamentos e passou por três em um período de aproximadamente três anos e meio, todos coordenados pelo MST.

Nasci no Ceará, sai de lá com sete anos. Aí, fui pro Piauí. Com 12 anos mudamos pro outro lado do rio que era o Maranhão. De lá eu fui pro Pará. Lá casei e depois vim pra cá, São Paulo, com 33 anos, a família do meu marido é daqui, meu pai também veio pra cá. Meu pai sempre foi rural e a gente sempre ajudou ele, ele não tinha terra, mas ele arrendava né. Nós éramos em nove filhos. A gente morava na cidade, e ia a pé na roça todo dia, ia e voltava, era longe. [...] Eu trabalhava em Castilho de doméstica e morava na cidade. Mas nós [ela e o esposo] tínhamos vontade de ter um pedacinho de terra da gente mesmo, pra trabalhar na agricultura né, nós éramos tudo da roça né, a gente passava vontade. Eu nunca gostei da cidade. [...] A gente morava em Castilho e começou o movimento do MST e meu marido se juntou a eles, aí a gente fazia acampamento pra conquistar a terra. Primeiro ele foi lá na Anhumas, ficou uns 3 meses, lá eu não fui, depois fomos pra esse outro acampamento na Cafeeira, ficamos mais ou menos um ano lá. Os outros ficam falando “não, vamos pra outra que sai mais rápido” e eles ficam pulando, sabe? Aí, fomos pra Capim, em Castilho, e ficamos dois anos e pouco lá na Capim. [...] Quando estava acampada em Castilho, o INCRA trouxe nós pra cá. Esse assentamento sobrou cinco lotes, e aqueles *mais velhos de tempo acampado* ele trouxe, porque eles pegam as pessoas que ficam mais na luta, *moram no barraco*. O MST que indica pro INCRA as pessoas que estão há mais tempo e que vive no acampamento. Quando nós chegamos aqui, já fazia quase um ano que eles estavam assentados aqui (CAROLINA, 72 anos).

Na narrativa da Sra. Carolina nota-se que o INCRA acessa as informações das pessoas que fazem parte dessa rede de ocupações, via movimento social, e que o tempo de acampamento e efetiva moradia no barraco pelas famílias que foram critérios de seleção para priorizar as cinco famílias a serem assentadas nas sobras de lotes do Assentamento Santa Maria da Lagoa.

Além da sobra de lotes, houve outras famílias que se mudaram posteriormente para o assentamento, por diversos meios, então criou-se o grupo *dos nove*, nove famílias que estavam em situação irregular nos lotes, mas que conseguiram ser homologadas em março de 2009. A formação de subgrupos em um acampamento ou assentamento rural é resultado de processos internos de organização social e política, de produção, de convivência, e no caso do Santa Maria da Lagoa, de famílias “chegantes”. Outros trabalhos evidenciam a formação de subgrupos nos assentamentos, às vezes nomeados pelo número de pessoas que o compõem (Pereira, 2000; Brenneisen, 2003).

Na relação de beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, outras famílias foram sendo homologadas no Santa Maria da Lagoa ao longo dos anos, e a última homologação foi formalizada em 2018 (INCRA, 2022). No entanto, ainda existem famílias

em situação irregular, conforme a Instrução Normativa n.º 99/2019<sup>8</sup> (Brasil, 2019; INCRA, 2022), o que nos mostra graves dificuldades na implementação de políticas públicas para viabilizar a permanência das famílias na terra, já que um contingente significativo de beneficiários acaba deixando seus lotes.

### **A vida no assentamento rural: anos iniciais e cenário atual**

As famílias beneficiárias tiveram acesso aos créditos de instalação e apoio para produção no mesmo ano em que foram assentadas. Aproximadamente 60 dias após a ida para os lotes, as famílias já tiveram acesso aos Créditos de Instalação das linhas Apoio Inicial (para compra de itens de primeira necessidade e pequenos equipamentos produtivos) e Fomento (voltado à promoção da segurança alimentar), recebendo R\$ 2.400,00 em cada modalidade. A próxima linha de crédito liberada foi a Habitacional, voltada à construção das moradias. No mesmo ano também tiveram acesso ao Pronaf e, segundo os entrevistados, muitas famílias fizeram projetos para sistema de produção de bovinos, já que a área do imóvel desapropriado estava coberta por pasto. Nos anos seguintes tiveram acesso ao Fomento Mulher, Reforma Habitacional e Custeio.

No que diz respeito à energia, os assentados manifestaram satisfação com a velocidade da instalação de energia elétrica, que foi gratuita, via Programa Luz Para Todos, do Governo Federal. Já em relação à água, o INCRA fez a instalação de dois poços semi artesianos, mas somente algumas famílias os utilizam, uma vez que muitas perfuraram poços de cacimba ou semi artesiano em seus lotes com recursos próprios.

Ao que tudo indica, o acesso aos créditos e serviços disponíveis às famílias beneficiárias do PNRA ocorreu com a mesma tranquilidade que os entrevistados relataram no processo de desapropriação da fazenda. Conforme Moacir, “Entramos em janeiro de 2005. Em outubro e novembro nós já estávamos recebendo o Pronaf, em janeiro já começou energia, com aquele Luz Para Todos que foi uma maravilha. Foi tudo rápido aqui”. As famílias que entraram posteriormente, na sobra de lotes e as que foram regularizadas, também tiveram acesso aos recursos e serviços após o acerto da documentação.

Apesar da agilidade na disponibilização dos recursos, os entrevistados julgaram insuficientes os valores concedidos:

Depois veio mais R\$ 5.900,00 pela Caixa Econômica, que era pra reformar as casas. Eles falam reforma né, mas a gente não tinha nem acabado as

---

<sup>8</sup> As ferramentas de aplicação de procedimentos do INCRA estão em constante alteração: A Instrução Normativa (IN) 99/2019, que trata da identificação de irregularidades nos lotes, é a que se encontra vigente, fruto da alteração de outras quatro IN que tratam do assunto: IN 22/2005, revogada pela IN 47/2008, revogada pela IN 71/2012, revogada pela IN 97/2018, revogada pela 99/2019 (Brasil, 2019).

casas com a quantidade de dinheiro que veio, era pra acabar a casa mesmo (MOACIR, 55 anos).

O dinheiro que emprestaram ajudou, mas não foi o suficiente não. Aqui nossa carência por não fazer mais alguma coisa no lote foi por falta de dinheiro. Porque vender as coisas daqui também é difícil, a produção, os pães (CAROLINA, 72 anos).

A dificuldade de comercializar a produção não foi um fato relatado somente pela Sra. Carolina, sendo citada espontaneamente pelos outros entrevistados, principalmente pela distância do assentamento até a cidade de Ilha Solteira, de aproximadamente 32 km. Ainda que algumas famílias comercializem sua produção em feiras livres nos municípios de Itapura e Ilha Solteira, o principal meio pelo qual comercializavam eram os programas de compras institucionais, como o Programa de Aquisição de Alimentos, paralisados a partir de 2017.

Lá estaríamos melhor [P.A. Primavera II], lá naquela região [Mirandópolis], pra você escoar o seu produto é mais fácil, tem muito comprador, até de São Paulo, vem de longe comprar as coisas. Aqui é muito mais difícil comercializar o que você produz. Tocava PAA aqui, tinha vários projetos, a gente tinha uma associação aqui que entregava na prefeitura todo final de semana, 50 caixas, 60 caixas, o prefeito pegava produto nosso aqui, mas aí mudou as políticas né, parou os projetos e muita gente perdeu roça, quando parou eu tinha duas hortas grandes aqui, perdi. Perdi 20 tonelada de batata-doce plantada (FERNANDO, 67 anos).

A quase total paralisação no ano de 2017 do PAA foi causada pela mudança na sistemática de distribuição e redução drástica dos recursos destinados às políticas públicas de apoio ao desenvolvimento rural, focado na agricultura familiar (Portal da Transparência – PAA, 2019). Outro gargalo enfrentado pelas famílias no quesito produção é atualmente a falta de ATER. O orçamento destinado à assistência técnica nos assentamentos rurais também foi afetado, sendo R\$ 355,4 milhões em 2015, caindo para R\$ 19,7 milhões em 2018 (MST, 2019; Arlindo, 2020). Ademais, dados disponíveis no portal do Senado indicam continuidade e desvio dos recursos de ATER para a agricultura familiar, em geral (Brasil, 2023).

Assistência técnica teve bastante, tinha os técnicos do INCRA que vinham direto aqui, até 2016, 2017 por aí, sempre saiam uns projetinhos, saiu apoio mulher, cursos, mas aí agora acabou, sumiu tudo. Estamos abandonados aqui, acabou tudo (MOACIR, 55 anos).

Bastante gente desanimou. Muita gente desistiu por motivo de doença ou por motivo de serviço, porque só do lote tá muito difícil sobreviver, quem tem criança principalmente, a renda tá muito pouca. Eu sou aposentada né, eu corro ao recurso da minha aposentadoria pra plantar, porque às vezes não dá, e eu faço feira todo sábado e domingo. Às vezes invisto dela no lote. Com a renda só do lote é muito difícil. Tinha o PAA, ainda ajudava bastante gente aqui, mas aí parou né. E a maioria desanimou dos projetos, porque sumiu todos os técnicos, a gente tinha começado uns planejamentos, mas sem os técnicos fica difícil seguir (ANA, 58 anos).

Apesar de estar entre os projetos de assentamentos do Território com melhores condições de conservação ambiental (Paz, 2022), existem ocupantes que constituíram residência nas áreas de reserva legal. De acordo com Paz (2022), 10 dos 38 assentamentos do Território possuem ocupações em áreas de reserva legal, e que possivelmente, o fator que favoreceu a ocorrência dessas ocupações é que ao serem desapropriados, esses imóveis não possuíam áreas florestais para o atendimento das demandas legais, o que resultou na delimitação de áreas para reserva sem vegetação nativa, ocupadas, geralmente, por pastagens.

A antiga sede da fazenda foi utilizada para a formação da área de comunitária, sendo duas casas, uma utilizada para abrigar o tanque de resfriamento de leite da Coapar (Cooperativa de Produção Agropecuária dos Assentados e Pequenos Produtores da Região Noroeste do Estado de São Paulo) e para a realização de reuniões, e na outra foi instalada uma cozinha comunitária, com forno, freezer e geladeira, e uma área para atendimento médico.

Apesar dos equipamentos da cozinha comunitária e do posto de saúde estarem instalados, não estão sendo utilizados, por falta de água e energia.

Foi projeto do INCRA com a Igreja. Faz tempo que tem a cozinha, veio freezer, geladeira, mas tá tudo parado isso aí, porque não tem luz. Veio um forno industrial. Tinha energia que nós pedíamos emprestado da Coapar. Tem toda a estrutura da cozinha, mas não tem energia pra tocar. Engraçado que o prefeito inaugurou um postinho ali, sem luz e sem água, e nós estamos no pé dele. Só inaugurou e funcionou um dia. Eles pediram energia emprestado das outras casas por perto né, e como não estavam pagando pra eles, eles pegaram e cortaram. Tá toda reformada, pintada, forrada (CAROLINA, 72 anos).

Tem uma cozinha comunitária na sede, mas hoje não funciona direito não. Tem o posto de saúde, a Dra. E. começou a vir atender, mas não funcionou, porque não tem energia, nem água. Tem uma casa sede ali pra usar, ela usava três cômodos, uma parte era pra cozinha e a outra pro posto de saúde, mas como não tem água, nem energia, eles pararam de vir. No poço eles [Prefeitura] estão mexendo, mas energia não sei (ANA, 58 anos).

Devido à proximidade do PA Santa Maria da Lagoa com os canaviais, vários efeitos negativos do aumento do cultivo da cana-de-açúcar foram mencionados pelos entrevistados:

A cana aqui perto prejudica a lavoura, o maracujá não sai, o mamão morre, por causa do veneno que eles passam de avião. Passa aqui bem perto, onde ele pousa ali. Ele sai soltando o veneno e a gente vê que o veneno já corre pro lado da gente, por causa do vento. Tem a poeira dos caminhões que passa toda hora também né. [...] No meu [lote] eu não vou querer arrendar pra cana não. Parece que tá liberado 70% pra quem quiser, mas o INCRA ainda não veio aqui não, dizem que vão vir. Eles [o INCRA] estão indo aos assentamentos tudo. Já foram na Pendengo, na Capim [P. A. Santa Isabel] ali nas Três Barras [P. A. Celso Furtado], lá na Cafeeira, São

Luis [P. A. Nossa Senhora Aparecida II], em quase todos [assentamentos] em Castilho. É um plano pra acabar com o assentamento. E quem sustenta a cidade mais com mercadoria são os assentados, da agricultura familiar. Nós já estamos rodeados de cana, o que eles querem é isso, você aceitar e já emendar com as fazendas com cana (CAROLINA, 72 anos).

A pesquisa de campo ocorreu simultaneamente ao início dos processos de titulação dos projetos de assentamentos no Território pelo INCRA e o oferecimento de parcerias pelas usinas da região com os assentados. Segundo os entrevistados, o oferecimento da parceria veio acompanhada do discurso de que era algo benéfico aos assentados, sendo uma oportunidade de negócio e de geração de empregos, principalmente para os mais jovens. Na convivência com as usinas e inúmeras propriedades cobertas por cana, os assentados do Território vivem uma contradição, visto que muitos de seus filhos trabalham nas usinas, e percebem a expansão do núcleo canavieiro como oportunidade de emprego e benefício financeiro. Por outro lado, também expressam que essa expansão acaba incapacitando o convívio nos assentamentos.

Já tem gente na justiça, por causa de veneno que passa. E do jeito que vai indo, tá podendo arrendar. Lá na Santo Antônio, em [Nova] Independência, a superintendência do INCRA liberou pra arrendar pro que quiser. Aí a cana vai entrar, e depois vai vir aqueles porcos-do-mato, aí você não vai poder plantar mais nada mesmo. Eu não quero plantar cana, mas se todos meus vizinhos plantarem, como vou ficar aqui no meio? Se eu tiver o título da terra pelo menos eu consigo vender por um preço bom. Se lotar de cana, o futuro é ir pra cidade de novo. Pode arrendar 70% do lote. O cara com cinco alqueire não tá vivendo, vai viver com um? (MOACIR, 55 anos).

Segundo Duval *et al.* (2022), a presença da cana por meio da integração agroindustrial é marcada por uma posição de subordinação e dependência em relação aos sistemas de controles e poderes desse modo de produção, transformando as famílias em meras aplicadoras de pacotes agrícolas, perdendo o controle sobre os processos produtivos em seus lotes.

Além dos efeitos mencionados pelos entrevistados, o avanço da cana-de-açúcar na região contribuiu, entre outros fatores, para diminuição das desapropriações no Território, uma vez que o cultivo de cana está substituindo as áreas de pastagens, onde as terras são reivindicadas pelos movimentos sociais de luta pela terra. O Sr. Paulo, ex-presidente do Sintraf (Sindicato dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar), sindicato de Andradina que atua na luta pela terra no Território, menciona a territorialização da cana como um fator limitante na formação de novos assentamentos:

Hoje é mais difícil, em 2002 no levantamento, tinham muitas áreas improdutivas. Mas hoje em dia, esses fazendeiros ficaram com medo das desapropriações e arrendaram pra cana. Hoje aqui a cana tá tomando conta. E como foi feito vistorias em muitas áreas aquela época, então, os fazendeiros, quando viram que tava perdendo o espaço pro MST e pro movimento sindical, resolveram plantar cana. Muitos outros, a fazenda já

estava decretada para fins de reforma agrária, mas como não tinha grupo lá, acabava plantando. Eles acharam que se eles plantassem o processo ia reverter (PAULO, 64 anos).

Ademais, houve uma redução orçamentária iniciada no governo Dilma e, a partir de 2016, um desmonte das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar no governo Temer, processo intensificado no governo Bolsonaro (Sabourin, 2021). Esse contexto político e outras dificuldades atualmente encontradas pelos assentados e movimentos sociais resultaram no arrefecimento das desapropriações no Território, como mencionado por Antonio, liderança regional do MST:

Nós vivemos um momento terrível atualmente, mas ainda tenho esperança, porque foi nos momentos difíceis que conseguimos dar um salto. Hoje a sociedade está muito preocupada com a sustentabilidade, meio ambiente, qualidade dos alimentos e isso é muito bom. Mas desde que tiraram a Dilma, o estado já estava barrando muita coisa da reforma agrária. Hoje está pior ainda. Desde o último do Dilma, depois Temer e Bolsonaro, não tivemos conquista nenhuma, pelo contrário, tivemos derrotas em cima de derrotas, não saiu mais projeto de assentamento aqui no Território, corte de recursos, paralisação da política de compra de alimentos (ANTONIO, 51 anos).

Os entrevistados do Santa Maria da Lagoa também relataram os efeitos do corte de recursos e a falta de assistência técnica e programas de compras institucionais:

Antes tinha o PAA, ajudava bastante gente aqui, mas aí parou, né. Aí, a maioria desanimou dos projetos, porque você trabalha muito e não tem muito retorno. Aí, tem gente que até acaba desistindo do lote, porque não tem como gerar renda (ANA, 58 anos).

Hoje nós não temos mais nada disso [créditos e ATER]. Nem acesso à Conab, o PAA, nem técnico pra ajudar. Está tudo abandonado. É um pouco triste (CAROLINA, 72 anos).

A falta dos serviços de ATER na região e o desânimo causado pelas dificuldades de comercialização das produções pela inoperância dos programas de compras institucionais afetaram negativamente o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, levando em alguns casos extremos, a desistência do lote.

## Considerações finais

A atuação dos movimentos sociais de luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP), a partir da década de 1980, desencadeou um avanço nas desapropriações na região, principalmente na primeira década do século XXI. Apesar de as ações do Estado, como o convênio com o Itesp para vistoria massiva de áreas, terem

contribuído com a criação dos 38 assentamentos rurais no Território Prof. Cory/Andradina, estas sempre foram realizadas mediante forte pressão popular dos movimentos sociais.

Essa atuação dos movimentos sociais permitiu a articulação de uma rede de acampamentos no Território, da qual resultou na formação do assentamento Santa Maria da Lagoa, em 2005, em um período que coincide com a maior intensidade de ocupações na região, reforçando o papel dessa forma de luta como uma das principais formas de acesso à terra. Apesar da relativa tranquilidade da desapropriação do PA Santa Maria da Lagoa, relatada pelos entrevistados, a trajetória das famílias assentadas demonstra um longo processo de lutas, evidenciando-os como sujeitos na construção de suas trajetórias, mas sem desconsiderar os outros fatores que condicionam o espaço social especializado dos acampamentos no Território, como a organização social responsável pelo acampamento e/ou ocupação, laços de parentesco e/ou amizade entre as famílias, posições políticas e ideológicas; e dos processos históricos mais gerais.

Apesar de os resultados conquistados pela pressão popular, a convergência da expansão da cultura da cana-de-açúcar, nas duas últimas décadas, e da conjuntura de crise política a partir de 2013 e do golpe em 2016, têm acentuado a reconcentração da propriedade fundiária e gerado novamente riscos de expropriação da população pobre do campo, em função do desmonte das políticas públicas de apoio à agricultura familiar e da entrada da cana nos assentamentos rurais pelas propostas de “parcerias”. A luta por melhores condições de produção, comercialização e para permanecer na terra, que antes era contra o patrão, tem atualmente sido contra o Estado e os grupos econômicos canavieiros.

As famílias do PA Santa Maria da Lagoa, apesar de considerarem que houve melhora na qualidade de vida após a conquista de seus lotes, enfrentam os gargalos resultantes da conjuntura atual e do desmonte das políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar, como dificuldades na comercialização, falta de ATER, de programas de compras institucionais, e os efeitos do avanço da cultura da cana-de-açúcar.

Apesar dessas ações que visam retomar os níveis de concentração da terra e do poder, a luta pela terra no Território proporcionou o acesso à terra a aproximadamente 3.500 famílias (que representam cerca de 80% do total de agricultores familiares do Território) que atualmente possuem melhores condições de alimentação e moradia e que dinamizaram a economia dos mercados locais pela produção de alimentos, demonstrados em uma vasta literatura produzida pelos estudiosos sobre os assentamentos rurais da região.

## Referências

ALEIXO, Duvanil N. S. **Mudanças de Beneficiários e Formas de Reocupação de Lotes no Assentamento Capelinha, Conceição de Macabu**, RJ. UFRRJ, 2007.

LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP): TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DA LAGOA EM ILHA SOLTEIRA-SP

ARLINDO, Marco Aurélio S.; ALMEIDA, Rosemeire A. de. Luta pela terra em Mirandópolis (SP): trajetória do Acampamento Nova Esperança. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 40, n. 20, p.163-180, dez. 2017.

ARLINDO, Marco Aurélio da Silva. **Dinâmicas Virtuosas da Reforma Agrária na Região de Andradina/SP**. 2020. 292 f. Tese (Doutorado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

BERNARD, H. Russell. **Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches**. 4. ed. Walnut Creek: Altamira Press, 2006. 821p.

BINI, Danton L. de C. Mudanças na pecuária bovina de corte e algumas implicações sócio-espaciais na região de Araçatuba (SP). **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2, n. 16, p. 26-36, jun. 2009.

BRASIL. Decreto nº 91766, de 10 de outubro de 1985. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, DF, 1985.

BRASIL. Instrução Normativa nº 98, de 31 de dezembro de 2019. Brasília, DF.

BRASIL. Instrução Normativa nº 99, de 31 de dezembro de 2019. Brasília, DF.

BRASIL. Painel Cidadão. **Agricultura - Extensão Rural**. 2023. Disponível em: [https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FSigaBrasilPainelCidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=lbTemas,\\*000596\\*](https://www9.senado.leg.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FSigaBrasilPainelCidadao.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true&select=lbTemas,*000596*). Acesso em: 27 mar. 2023.

BRASIL. **Transparência pública do PAA**. 2019. Disponível em: <https://consultaweb.conab.gov.br/consultas/consultaArmazem.do?method=acaoCarregarConsulta>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRENNEISEN, Eliane C. Assentamento Sepé Tiarajú. In: MARTINS, José de Souza (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. p. 53-106.

CAUME, David. **A tessitura do “assentamento de reforma agrária”**: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Campinas, 2002. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 1990**. Goiânia: CPT, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2021**. Goiânia: CPT, 2022. 252 p.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**: relatório 2004. Presidente Prudente: NERA, 2004.

DATALUTA. **Banco de Dados da Luta pela Terra**: relatório Brasil 2016. Presidente Prudente: NERA, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 8, n. 6, p. 14-34, jun. 2005.



FERNANDES, Maria E. **A reforma agrária no discurso dos lavradores da Fazenda Primavera**. Tese de Doutorado em Comunicação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1985. 202 p.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta *et al.* **Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades** (publicação das equipes das pesquisas). Araraquara: Uniara, 2012.

HESPANHOL, Nivaldo. **Dinâmica agro-Industrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina**. Tese de Doutorado da Unesp. Rio Claro: 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2006**. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário 2017**. <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6880>. Acesso em: 10 fev. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA. **Assentamentos do Brasil**. Disponível em: <<http://www.INCRA.gov.br/assentamento>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

LOERA, Nashieli. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas: Ceres, 2006.

LOERA, Nashieli R. Tempo de acampamento. São Paulo: **UNESP**, 2014.

MARTINS, José de S. O sujeito da reforma agrária. In: **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MST. **2018 foi um ano que silenciou a Reforma Agrária**. 11 de jan. de 2019. Disponível em: <<https://mst.org.br/2019/01/11/2018-foi-um-ano-que-silenciou-a-reforma-agraria/>>

OLIVEIRA, Mariana E. **O grito abençoado da periferia: trajetórias e contradições do lajes e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980**. 2006. 301 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual de Maringá - Uem, Maringá, 2006.

PAZ, Diego O. **Avaliação da Cobertura Florestal das Áreas de Proteção Ambiental dos Assentamentos Rurais da Região Geográfica Imediata (RGI) de Andradina - SP**. 2022. 88 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2022.

PEREIRA, José Roberto. **De camponeses a membros do MST: os novos produtores rurais e sua organização social**. Tese (Doutorado), Sociologia, UNB, Brasília, 2000.

PROENÇA, Ercio R. **Concentração, integração horizontal e vertical das usinas canavieiras**. 10. 127 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2012. Cap. 2012.

QUINTEIRO, Maria da C. Rio Paraíso, o paraíso conquistado. In: MARTINS, José de S. (org.). **Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos**. Porto Alegre: Ufrgs, 2003. p. 107-202.

LUTA PELA TERRA NO TERRITÓRIO PROF. CORY/ANDRADINA (SP): TRAJETÓRIA DAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SANTA MARIA DA LAGOA EM ILHA SOLTEIRA-SP

SEADE. **Regiões de Governo**. 2022. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/lista-produtos/?tema=economia&abrangencia=regioes-de-governo&ordem=ac>. Acesso em: 12 out. 2022.

SILVA, Débora Pavani. **As trajetórias da luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP)**: a visão dos atores sociais que as vivenciaram. 2023. 189 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Ilha Solteira, 2023.

SILVA, Flaviana C. **Tecnologia Social PPAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável)**: uma alternativa para a promoção de avanços dentro da perspectiva da Agroecologia? As Experiências Vivenciadas no Território Rural Prof. Cory/Andradina (SP). 2016. 289 f. Tese (Doutorado) - Curso de Agronomia, Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.

SVAMPA, Maristella. **Las Fronteras del Neoextractivismo en América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias. Alemanha: Bielefeld University Press, 2019.

TERENCE, Marcelo Fernando. Pós-Reforma Agrária: a quem pertencem os projetos de assentamento do INCRA? **Anpege**, S.l., v. 18, n. 35, p. 113-132, jan. 2022.

WANDERLEY, Maria de N. B. "Morar e trabalhar". In: MARTINS, José de S. (org.). **Travessias**: a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 53-106.

---

### Sobre os autores

**Débora Pavani Silva** – Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Ilha Solteira. Mestrado em Agronomia - sistemas de produção pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Ilha Solteira. Doutorado em Agronomia - sistemas de produção pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Ilha Solteira. Pós-doutoranda dentro do projeto "Transição Agroecológica em Rede" em colaboração com a Suzano S/A, atuando como coordenadora de campo e professora no Centro Universitário de Santa Fé do Sul (Unifunec). **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0001-9902-9898>.

---

**Antonio Lázaro Sant'Ana** – Graduação em Engenharia Agrônoma pela Universidade de Brasília (UnB). Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara. Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Araraquara. Livre Docência em Sociologia pela UNESP, campus de Ilha Solteira. Professor adjunto da UNESP campus de Ilha Solteira. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-3287-7144>.

---

### Como citar este artigo

SILVA, Débora Pavani; SANT'ANA, Antonio Lázaro. Luta pela terra no Território Prof. Cory/Andradina (SP): trajetória das famílias do Assentamento Santa Maria da Lagoa em Ilha Solteira-SP. **Revista NERA**, v. 27, n. 3, e9832, jul.-set., 2024.

---

### Declaração de Contribuição Individual

---

As contribuições científicas presentes no artigo foram construídas em conjunto pelos autores. As tarefas de concepção e design, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. A autora **Débora Pavani Silva** ficou responsável pela coleta e análise dos dados e redação preliminar do artigo; o segundo autor **Antonio Lázaro Sant'Ana** orientou todas as etapas do trabalho e atuou na revisão do artigo.

Recebido para publicação em 27 de março de 2023.

Devolvido para revisão em 24 de maio de 2024.

Aceito a publicação em 16 de julho de 2024.

---

*O processo de editoração deste artigo foi realizado por Camila Ferracini Origuela e Lorena Izá Pereira.*